

# Reincidência no Crime

É inacreditável que, passado um ano após o escândalo do Orçamento, o Congresso se comporte como se nada tivesse acontecido. A depuração dos quadros do Congresso de meia dúzia de *anões*, apanhados com a mão na botija, não evitou que a representação eleita em 1994 repetisse os vícios condenados pela opinião pública.

É imoral e repugnante a intenção dos parlamentaristas membros da Comissão Mista do Orçamento de alterar a proposta de 1996, com o único objetivo de associar seu nome aos grandes programas sociais do governo e ao atendimento às camadas menos favorecidas.

Quando se procura explicar a reação corporativa dos congressistas à proposta modernizadora do Ministério da Educação, de concentrar nos municípios (sem intermediação de políticos) a maior parte das verbas, deixando apenas 20% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sujeitos a emendas do Congresso, entende-se o porquê da resistência à reforma administrativa na Comissão de Constituição e Justiça.

As reformas modernizadoras que o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu na campanha mexem não apenas com o sistema de paternalismo estatal batizado de Era Vargas. A nova forma descentralizada de governar, a partir da transferência de

responsabilidade ao município, onde a cobrança do cidadão — contribuinte e eleitor — é mais direta, desfaz a providencial aura provedora dos políticos.

O político brasileiro se acostumou a engambelar o eleitor com promessas do tipo: “Vou fazer a ponte tal; o hospital x; a escola y; e o projeto habitacional z.” Tudo, obviamente, com dinheiro público, de passagens que provêm do próprio bolso do eleitor.

Os congressistas que insistem na velha tática de associar seu nome à inauguração de obras construídas com verbas públicas não perdem por esperar. O Plano Real, ao conferir maior estabilidade à moeda, ampliou, também, a transparência dos negócios públicos.

O brasileiro está mudando e aprendendo, por obra e arte da devassa dos grandes escândalos públicos, a criar relação mais transparente entre Estado e sociedade. Cresce a cada dia a consciência de que tudo que o Estado faz (de bom ou de ruim) no Brasil vem do bolso (ou irá se refletir no bolso) do cidadão. Se tudo correu certo, sem corrupção nem superfaturamento, a obra pública veio dos impostos que a população pagou. Se houve desvios e as despesas estouraram o orçamento, é certo também que a conta recairá sobre o cidadão, sob a forma de mais imposto ou do pior e mais injusto dos tributos: o imposto inflacionário.